

UNI-ANHANGUERA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS
CURSO: PEDAGOGIA

SÍNDROME DE DOWN - INCLUSÃO E APRENDIZAGEM NA
ESCOLA REGULAR DE ENSINO

DEUSELY RODRIGUES DE FREITAS
ELIANE LOPES MARTINS DA COSTA

GOIÂNIA

Maior/2019

DEUSELY RODRIGUES DE FREITAS
ELIANE LOPES MARTINS DA COSTA

**SÍNDROME DE DOWN – INCLUSÃO E APRENDIZAGEM NA
ESCOLA REGULAR DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao curso de graduação em Pedagogia, do Uni-Anhanguera - Centro Universitário de Goiás, sob a orientação da Professora Ma. Márcia Inês da Silva.

GOIÂNIA

Maio/2019

Dedicamos este trabalho aos nossos filhos, que sempre nos apoiaram, acreditaram em nós, nos auxiliaram dando atenção, apoio e incentivando nosso crescimento profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus e a Nossa Senhora, por eles nos guardar, acalmar nossos corações diante de todas as dificuldades, nos tornando mais fortes a cada dia.

Agradecemos aos amigos e familiares que nos apoiaram com carinho e muita paciência.

Agradecemos em especial à professora Ma. Márcia Inês da Silva, nossa orientadora, que compartilhou seus conhecimentos e experiências para tornar este trabalho mais prazeroso.

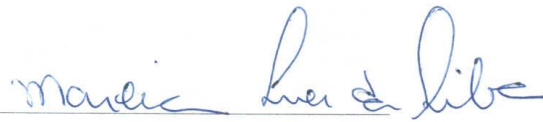
FOLHA DE APROVAÇÃO

DEUSELY RODRIGUES DE FREITAS

ELIANE LOPES MARTINS DA COSTA

SÍNDROME DE DOWN – INCLUSÃO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA REGULAR
DE ENSINO

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à banca examinadora como requisito parcial para obtenção da Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário de Goiás – Uni Anhanguera, defendido e aprovado em 29 de maio de 2019 pela banca examinadora constituída por:



Prof(a). Ma. Márcia Inês da Silva

Orientadora



Prof(a). Esp. Lucas Rodrigues de Moraes

Membro



Prof(a) Esp. Maria Eurípedes de Souza Dias

Membro

SÍNDROME DE DOWN - INCLUSÃO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO

DOWN SYNDROME INCLUSION AND LEARNING IN THE REGULAR SCHOOL OF TEACHING

**Deusely Rodrigues de Freitas¹
Eliane Lopes Martins da Costa²
Márcia Inez da Silva³**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de inclusão e aprendizagem de crianças com Síndrome de Down no sistema regular de ensino. A Síndrome de Down é um distúrbio genético causado pela presença de um cromossomo 21, que foi descrita por John Langdon Down, médico inglês em 1866. As crianças com Síndrome de Down têm características de aprendizagem complexa, visando os processos neurológicos e evolutivos de funções de percepção, cognitivo, corporal, lateralidade, espacial, linguístico, entre outros. Através de pesquisa bibliográfica, livros, revistas, artigos e estudo de caso, este trabalho foi desenvolvido com o intuito de compreender os processos de acolhida, interação, inclusão destas crianças e seu desenvolvimento no âmbito escolar, frente às motivações, interesses, necessidades materiais e relações interpessoais, que refletem sobre a realidade atual, tanto no atendimento da criança com Síndrome de Down, da família e professores no contexto da inclusão escolar. Baseamos este tema em alguns estudiosos e principalmente em Mantoan, que enfatiza que a escola deve proporcionar desenvolvimento e condições para que essas crianças se tornem cidadãos com identidade sócio cultural. O despreparo dos profissionais, a dificuldade de aceitação de alguns pais quanto ao convívio de seus filhos com pessoas diferentes tem sido um dos maiores obstáculos quando se fala em inclusão na escola regular de ensino. O professor não deve trabalhar sozinho, é preciso que tenha ajuda direta de outros profissionais que tenham experiência em inclusão, equipes multiprofissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas, entre outros. Incluir esta criança no ensino regular é um desafio para a escola e seus profissionais, pois é necessário buscar metodologias que atendam de modo eficaz e igualitário para todos os alunos.

PALAVRAS-CHAVES: Aprendizagem. Trissomia 21. Educação. Cognição.

Abstract: This study aims to analyze the process of inclusion and learning of children with Down Syndrome in the regular system of education. Down syndrome is a genetic disorder caused by the presence of a chromosome 21, which was described by John Langdon Down, an English physician in 1866. Children with Down Syndrome have complex learning characteristics, targeting the neurological and evolutionary processes of perception, cognitive, corporal, laterality, spatial, linguistic, among others. Through bibliographic research, books, journals, articles and case study, this work was developed with the purpose of understanding the processes of acceptance, interaction, inclusion of these children and their development in the school context, in relation to motivations, interests, material needs and relationships interpersonal, that reflect on the current reality, both in the care of children with Down Syndrome, family and teachers in the context of school inclusion. We base this theme on some scholars and especially on Mantoan, which emphasizes that the school should provide

¹ Graduanda em Pedagogia no Centro Universitário de Goiás – Uni-Anhanguera. E-mail: deusely.freitas@hotmail.com

² Graduanda em Pedagogia no Centro universitário de Goiás – Uni-Anhanguera. E-mail: ellianelmcosta@ com

³ Orientadora: Graduada em Pedagogia. UCG. Mestre em Arte Educação. UFU e Doutoranda em Performances Culturais. UFG. E-mail: marciainess@hotmail.com

development and conditions for these children to become citizens with socio-cultural identity. The lack of preparation of professionals, the difficulty of some parents' acceptance of their children's living together with different people has been one of the biggest obstacles when it comes to inclusion in the regular school. The teacher should not work alone, it must have direct help from other professionals who have experience in inclusion, multiprofessional teams such as psychologist, speech therapist, therapists, among others. Including this child in regular education is a challenge for the school and its professionals, because it is necessary to seek methodologies that meet effectively and equitably for all students.

KEYWORDS: Learning. Trisomy 21. Education. Cognition.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down no sistema regular de ensino, observando como a escola deve ser preparada para atender esses alunos, investigando quais tipos de atividades são realizadas para que estes possam suprir suas dificuldades referentes à aprendizagem, ao comportamento, à comunicação e expressão e compreender como é a socialização, a interação e a aprendizagem do aluno com Síndrome de Down no espaço escolar.

A Síndrome de Down é uma alteração genética e, embora as pessoas apresentem alguma dificuldade, podem ter uma vida normal e realizar atividades diárias da mesma forma que qualquer outra pessoa.

O tema inclusão ainda é um dos assuntos mais abordados na educação e um dos desafios de maior importância vivenciados por profissionais da área, como educadores, pedagogos e gestores. Através deste artigo, falaremos sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down na escola regular de ensino, destacando suas dificuldades, desenvolvimento e as relações aluno-aluno, aluno-professor e aluno-família-escola.

A educação de crianças com Síndrome de Down, apesar da sua complexidade, não invalida a afirmação de quem tem possibilidade de evoluírem. Com o devido acompanhamento, poderão tornar-se cidadãos úteis à comunidade, embora seu progresso não atinja os patamares das crianças normais. (SCHWARTZMAN, 1999 p. 262).

Segundo Schwartzman (1999) o nível de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down pode evoluir como das crianças ditas normais, mas num ritmo mais lento e através de muitos estímulos.

A mulher, enquanto mãe teme o desconhecido, principalmente quando descobre que a criança gerada, ou que poderá vir a gerar, tem ou terá algum tipo de deficiência ou anomalia como a Síndrome de Down. Pueschel, Siegfried (2000) refere-se ao nascimento, como um evento de grande expectativa, o que realmente é motivo de muita alegria e satisfação para os pais, ou também de muita tristeza e frustração.

Através desta experiência de vida, o assunto Síndrome de Down despertou em nós o interesse de como seria a vida, o desenvolvimento e principalmente a inclusão desta criança na sociedade e na escola. Este tema foi escolhido com o intuito de compreender os processos de acolhida, interação, inclusão destas crianças e seu desenvolvimento no âmbito escolar, frente às motivações, interesses, necessidades materiais e relações interpessoais, que refletem

sobre a realidade atual, tanto no atendimento da criança com Síndrome de Down, da família e professores no contexto da inclusão escolar.

O processo de inclusão necessita vários ajustes para que possa realmente mostrar sua evolução, defendendo o direito de que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma diferença ou necessidade especial, agregando a isso desenvolvimentos conjuntos, igualdade de oportunidades e respeito às diversidades, tanto humana como cultural.

É preciso que se tenha uma preocupação maior com as práticas de inclusão e as principais dificuldades apresentadas pelos profissionais da área estão diretamente ligadas à sua formação básica. A educação dos alunos com Síndrome de Down não é somente responsabilidade de profissionais envolvidos em instituições especializadas, mas é dever de todos os segmentos da sociedade, para se garantir uma educação democrática e humana. Segundo Mantoan (2003, p. 16) inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. Não devemos discriminar ninguém pelo fato de ser diferente, pois o diferente também tem muito a nos ensinar.

O aluno com Down tem os mesmos direitos da educação dos ditos normais e a escola é o espaço onde todos deveriam ser considerados iguais, onde cada um constrói seu aprendizado segundo suas capacidades e limitações e entende que fazem necessárias modificações no funcionamento das escolas e outras instituições de ensino para que esta aprendizagem aconteça. É importante reconhecer que a criança com Síndrome de Down, tem a mesma necessidade de inclusão, não só no aspecto de aprendizagem, mas também na autoestima diante da sociedade.

A prática da educação inclusiva está sendo cada vez mais frequente no âmbito escolar, visto que as pessoas com necessidades especiais, em geral, são mais dependentes dos professores e de outras pessoas, devido as suas fragilidades. As crianças com Síndrome de Down possuem certas dificuldades de aprendizagem e seu trabalho cerebral é mais lento do que as de outras crianças, mas são dotadas de capacidade individual que deve ser respeitada.

O desenvolvimento da criança com Síndrome de Down na Escola Regular de Ensino depende principalmente das experiências prévias de casa e da vivência obtida na pré-escola e este aluno aprende num ritmo diferente das outras crianças, mas isso não significa que ela não

vai aprender, e sim que necessita de mais estímulos que as outras crianças para chegar à aprendizagem.

Segundo Vygotski (1997) crianças com deficiências podem ter um mesmo aprendizado das crianças ditas normais. O ritmo pode ser lento, os métodos diferenciados, mas se forem integradas atividades cotidianas, elas desenvolverão habilidades e potencialidades.

A escola é um dos elementos principais quando se fala em educação e é de suma importância que seus profissionais estejam devidamente capacitados para receber alunos com qualquer tipo de deficiência. Não existe um método específico de aprendizagem, mas é preciso intervenções diferenciadas de acordo com as necessidades de cada criança e cabe a estes profissionais criarem condições de socialização e estratégias de ensino, desenvolvendo as potencialidades e capacidades de cada aluno e também o preparando para uma vida mais independente.

Mantoan (2003) enfatiza que a escola, para alguns alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.

Muitas escolas ainda trabalham com o sistema tradicional de ensino e é preciso superar esse modelo educacional vigente, através de adaptações do currículo, facilitação de atividades, programas de reforço de aprendizagem e principalmente que reconheçam e valorizem as diferenças, com ética e justiça.

Segundo Mantoan (2003) o sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça com cada um.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica. Segundo Lakatos (2011 p. 57), “pesquisa bibliográfica é toda bibliografia tornada pública, tais como: jornais, revistas, livros, ou até mesmo gravações em fita magnética”. Ou seja, é a forma de buscar informações e reunir dados que podem auxiliar no desenvolvimento de um trabalho científico ou acadêmico.

A partir da pesquisa bibliográfica pode-se descobrir qual a melhor metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho. Boccato (2006), fala que “é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, buscando a resolução de um problema por meio de referências teóricas”. Ele fala que é preciso pesquisas científicas para seguir uma linha de raciocínio.

Foi realizado também um estudo de caso, o qual é um método da abordagem de investigação, que consiste na utilização de um ou mais métodos qualitativos de informações que não precisa seguir uma linha rígida de investigação. Segundo Yin (1983, p. 11) “o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. Ou seja, ele relata que em todos os segmentos podemos fazer um estudo de caso, o qual permite investigar, preservar e dar significado as características do estudo em questão.

Neste estudo de caso foi realizada uma entrevista com a professora regente e observação de crianças com Síndrome de Down.

3. VISÕES HISTÓRICAS

Nos primórdios da humanidade, a discriminação, maus tratos e abandono de pessoas com deficiências eram situações muito evidentes, e essas atitudes eram amparadas pela lei vigente da época, as quais se valorizavam pessoas perfeitas, tanto corporais como mentais. As pessoas com deficiência geralmente eram vistas como incapazes, invalidas, discriminadas.

Primeiramente, na era pré-cristã, tendia-se a negligenciar e a maltratar os deficientes. Num segundo estágio, com a difusão do cristianismo, passou-se a protegê-los e compadecer-se deles. Num terceiro período uma educação à parte. Finalmente, na última parte do século XX, observa-se um movimento que tende a aceitar as pessoas deficientes e a integrá-las tanto quanto possível, na sociedade (KIRK E GALLAGHER, 1996, p.6).

Segundo Kirk e Gallagher (1996) no decorrer dos anos, foram obtendo-se novos olhares sobre as maneiras de entender as deficiências. Esse entendimento vem ocorrendo de acordo com as mudanças de cultura e com a sociedade a qual estamos inseridos. No decorrer dos séculos a humanidade passou por grande evolução, e no evoluir houve transformações na história científica. Assim, algumas doenças genéticas e transtornos cromossômicos passaram a fazer parte dessas histórias inclusive a Síndrome de Down, a qual não é necessariamente

uma enfermidade, porque não é uma doença, mas a pessoa com essa característica tem uma condição diferenciada das chamadas normais.

Essas pessoas vêm aos poucos conseguindo se integrar na sociedade e são vistas de maneiras menos discriminatórias, pois são dotadas de potencialidades e fraquezas inerentes a qualquer ser humano. Os princípios para o desenvolvimento é igual das pessoas ditas normais, o que difere são os meios utilizados para se chegar a esse processo.

Antes do século XIX não existia relatos documentados de pessoas com Síndrome de Down, pois as revisas médicas da época eram muito escassas, poucos pesquisadores se interessavam por crianças com problemas genéticos e deficiência mental, porque o foco principal eram as infecções e a desnutrição, deixando assim problemas genéticos e de malformação sempre em segundo plano. A incidência de crianças com Síndrome de Down em mães com idade avançada era muito grande, muitas crianças que nasciam com esta alteração genética morriam na primeira infância. Segundo Melero (1997, p. 205), a maneira de tratar uma pessoa com deficiência é diferente nas diversas fases da história.

Com o passar dos anos, a sociedade se modernizou, porém no quesito inclusão continua preconceituosa, e mesmo com a ideia de uma sociedade igualitária ainda caminhamos devagar, esperando alcançar os objetivos desejados que seja aceitar que as pessoas com Síndrome de Down têm iniciativas próprias, entendem melhor suas limitações e melhor desenvoltura no lado profissional. Sasaki (2003) afirma que “Por inclusão entende-se a adaptação da sociedade para inserir pessoas com necessidades especiais em seus sistemas gerais que as prepara para assumir seus papéis”. Ele ressalta que a sociedade tem que estar preparada para acolher as pessoas com necessidades especiais, preparando-as dentro de suas limitações para a vida cotidiana.

Quando se fala em educação especial no Brasil, as primeiras tentativas de inclusão nas instituições de ensino ocorreram no início do século XIX. Somente anos depois a Escola Nova que foi o movimento de renovação do ensino, especialmente forte na Europa, América e no Brasil na primeira metade do século XX, a qual influenciou a reforma educacional, trouxe novas mudanças e com isto a vinda de novos profissionais, entre eles psicólogos professores europeus que ofereciam cursos aos professores brasileiros.

Com essa inovação na educação, criaram-se melhores condições para as pessoas deficientes, com novos métodos educacionais, onde começaram a serem criadas as Associações como a Pestalozzi (Entidade Filantrópica Brasileira que presta auxílio as pessoas com deficiência intelectual), APAE (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais). Silva (2013) afirma que nos últimos trinta anos houve ações de integrações escolares possibilitando

com isso crescimento das classes especiais nas escolas públicas. Concordamos com ele, pois a partir do momento que as pessoas com deficiências passaram a frequentar a escola regular de ensino juntamente com os ditos normais, tiveram avanços significativos na aprendizagem.

4. CARACTERIZAÇÕES DA SÍNDROME DE DOWN

John Langdon Down, médico inglês, descreveu pela primeira vez em 1866 as características de uma criança com Síndrome de Down ou Trissomia (quando a célula embrionária esta sendo formada) do cromossomo 21 é um distúrbio genético causado pela presença de um cromossomo 21 extra, total ou parcialmente. Estes nomes começaram a ser utilizados depois que Jerome Lejèune, um médico francês, identificou um pequeno cromossomo extra nas células destas pessoas.

John Langdon Down descreveu as características fazendo uma definição clara entre uma criança com Síndrome de Down com outras com deficiência mental. A grande contribuição de Down foi o reconhecimento das características físicas. Segundo Pueschel, Siegfried (2000, p. 48) “John Down criou o termo mongolismo e descreveu a condição de idiota mongolóide”, esse é um termo inadequado, carregado de uma série de preconceitos, com conotações étnicas dos termos mongóis, mongolóide e mongolismo, terminologias que alguns autores diziam que deveria ser evitadas para não comprometer a aceitação social das crianças, pois era um insulto degradante e descrição incorreta das pessoas, pois mesmo com uma deficiência, são seres humanos capazes de aprender e conviver bem em sociedade e devem ser orientados desde pequeno sobre suas limitações e o que fazer para superá-las.

As pessoas com Síndrome de Down podem ter características iguais e doenças semelhantes, porém as personalidades são únicas e totalmente diferentes. Lembrando que a síndrome de down não é uma doença, mas uma condição diferenciada pela qual os pais devem ficar atentos, pois não existe tratamento que elimine determinadas situações, somente cuidado, paciência e muita dedicação. Não são conhecidas as causas dessa alteração, embora não sejam atribuídas responsabilidades ao casal no planejamento de um filho.

As pessoas com a Trissomia 21 apresentam retardo mental leve, moderado e severo. Segundo Puechel (1993) nem todos os down apresentam as mesmas características físicas, entre as quais cita: orelhas menores, achatamento posterior da cabeça, pés e mãos pequenos, língua proeminente, excesso de pele na nuca, nariz pequeno e achatado, cabelos lisos e finos, boca pequena, tônus muscular diminuído, ligamentos soltos. As crianças com síndrome de down diferem entre si quanto à comunicação, desenvolvimento motor e habilidades de vida diária.

5. CARACTERÍSTICAS DE APRENDIZAGEM

Através da aprendizagem obtemos informações, novos conhecimentos, desenvolvemos competências, atitudes, valores e mudamos comportamentos através de estudos, experiências e estímulos. Segundo Vygotski (1991, p. 55) “o aprendizado é mais do que a aquisição de capacidade para pensar; é aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre varias coisas”, ou seja, a aprendizagem é adquirida desde que nascemos, através de vivencias, e o ser humano vive nesta constante busca pela aprendizagem. Em relação às crianças com Síndrome de Down esta aprendizagem é mediada pelos pais e familiares nos primeiros anos de vida, pois estas têm características de aprendizagem complexa, visando os processos neurológicos e evolutivos de funções de percepção, cognitivo, corporal, lateralidade, espacial, linguístico, entre outros. Schwartzman (1999) acredita que uma criança com Síndrome de Down possa desenvolver determinadas habilidades, independente da idade e do fator genético. Pode ser um aprendizado em longo prazo, mas não impedimento para adquiri-lo.

A maioria das crianças com Síndrome de Down estará em um estágio de desenvolvimento social e emocional anterior aos de seus colegas devido às dificuldades de aprendizagem, cada uma tem seu tempo de aprender e características próprias de sua natureza, mesmo com problemas idênticos. Suas características podem ser físicas ou cognitivas.

Dentro da aprendizagem, podemos citar a capacidade visual onde eles aprendem a usar sinais e gestos, procuram imitar as atitudes dos colegas e adultos com os quais tem contato, e desenvolvem uma melhor aprendizagem com atividades práticas, tais como atividades lúdicas (massinha de modelar, quebra cabeças, dançar, jogo de amarelinha, esconde-esconde), jogos pedagógicos, brincadeira e contação de história.

Na atividade de alfabetização é interessante o uso da repetição, pois ajuda a criança a fixar melhor o que foi falado. Schwartzan (1999) discorre que a educação da criança exige cuidados, acompanhamentos e supervisão dos pais e educadores, cabendo a eles as adaptações correspondentes de ordem curricular. Algumas crianças possuem dificuldade para escrever e desenhar devido à hipotonia (redução ou perda do tono muscular), mas algumas atividades direcionadas podem facilitar seu desenvolvimento, tais como colocar as mãos sobre as mãos da criança durante as atividades, escrever com letras grandes na areia, desenhar com pincéis em jornais e quadros, utilizar canetas e lápis mais grossos do que o habitual, usar giz para desenvolver movimento de pinça, entre outros. Mantoan (2003) fala que a criança aprende no seu tempo, com seus limites e se a escola estiver preparada para recebê-la, com profissionais capacitados, o desenvolvimento e aprendizagem ocorrerá dentro das possibilidades de cada um. Algumas crianças têm mais dificuldade em processar demandas por mais de um sentido

por vez (por exemplo: copiar e ouvir), que inibe suas habilidades de concentração sendo assim, demonstra-se a fundamental importância do professor em mediar o desenvolvimento cognitivo destas crianças. Vygotski (1998) fala que “a criança não aprende sozinha, mas sim pela mediação estabelecida com as outras pessoas”. Ele quer dizer que a criança precisa de um mentor para direcioná-la.

“As dificuldades de adaptação se evidenciam na criança que foi pouco exposta ao mundo externo, que foi criada num ambiente familiar excessivamente protegido [...] é essencial uma adaptação passo a passo da casa para a escola. Professores e pais precisam buscar elos entre os dois ambientes. Juntos pais e professores podem fornecer a segurança, conforto e felicidade com os quais a criança pode crescer e aprender”. Pueschel (2000 p. 179).

Deve-se trabalhar o comportamento positivo da criança, mostrando o que realmente é esperado dela, reforçando suas qualidades, delimitando regras, estimulando seu convívio em comunidade, oportunizando sua integração na sociedade, pois elas têm possibilidades de executar atividades no seu dia a dia e evoluir com as experiências adquiridas no seu meio social. Pueschel (2000 p. 181) enfatiza que “o incentivo correto pode determinar o grau de esforço despendido para realizar as tarefas. Um sorriso, um gesto de aprovação, palavras de elogio são suficientes para fazer a criança com Síndrome de Down se esforçar um pouco mais”. Cada criança tem seu potencial próprio e se for explorado no momento certo provavelmente elas terão bom desempenho escolar.

6. MUDANÇA DE PARADIGMAS: INCLUSÃO NA REDE REGULAR DE ENSINO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Apesar do atendimento educacional para pessoas com deficiências ser mundial, segundo pesquisa realizada pelo Movimento Down, o Brasil apresenta um dos maiores índices de pessoas com deficiências. Foi no século XIX que iniciaram os primeiros atendimentos. Embora seja deficiente, a educação inclusiva busca uma melhoria neste processo contextual. De acordo com Mantoan (1997 p. 25), “a inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito ocupem o seu espaço na sociedade”. As escolas brasileiras ainda têm muito a aperfeiçoar quanto ao quesito inclusão. Mantoan (2003 p. 12) acredita que “nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vazio de ideias, que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações”.

As escolas devem esforçar-se para desenvolver as potencialidades e capacidades de cada aluno, levando em consideração as estratégias e objetivos que poderão facilitar a

acolhida dos alunos com Síndrome de Down. É muito importante que a escola conheça as dificuldades e habilidades desses alunos, para poder reconhecer as necessidades básicas para melhor aprendizagem e desenvolvimento.

A inclusão não esquematiza atendimento especial para deficientes, eles passaram a frequentar as salas de aulas regulares e acompanham as atividades de acordo com suas capacidades. Mazzotta (1993) fala que a ênfase da segregação no Brasil ocorria quando as pessoas com deficiências eram impedidas de frequentar as instituições de ensino regular. Ele acredita que para se existir uma delimitação dos segmentos, não pode haver distinção entre deficientes ou pessoas chamadas normais.

Incluir os alunos com Síndrome de Down na escola regular de ensino é difícil, porém não impossível.

Quando a escola regular assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas os deficientes são excluídos, mas também os pobres, os que não vão às aulas porque trabalham, os que pertencem a grupos discriminados, os que de tanto repetir desistiram de estudar (MANTOAN, 1997, p. 2).

As pessoas pensam que as crianças com essa Síndrome devem se transformar para serem incluídas nas escolas, mas não são as crianças que tem que se adequar a escolas, e sim as escolas que tem que estar estruturadas para receber estas crianças, tanto com a parte física, como com o desenvolvimento pedagógico, incentivando sua independência e dando liberdade para conquista de seu espaço e respeito dos demais. Silva (2002), afirma que a escola é uma das responsáveis em supervisionar e assegurar a aprendizagem das crianças com Síndrome de Down, com o intuito de proporcionar uma educação diferenciada. Ele ressalta que é necessária a integração destas crianças com todo o grupo escolar, mas se ela vive num ambiente de dificuldades e limitações, seu desenvolvimento social, psicológico, afetivo e cognitivo terá algumas alterações, necessitando que as pessoas com quem elas convivam acreditem no seu potencial, investindo no seu aprendizado.

A criança com Síndrome de Down também tem seus méritos quanto a aprender e desenvolver, os educadores devem reconhecer seus pontos fortes e suas fraquezas diante de seu processo de desenvolvimento. O despreparo dos profissionais, a dificuldade de aceitação de alguns pais quanto ao convívio de seus filhos com pessoas diferentes tem sido um dos maiores obstáculos quando se fala em inclusão na escola regular de ensino.

O professor não deve trabalhar sozinho, é preciso que tenha ajuda direta de outros profissionais da escola que tenham experiência em inclusão, equipes multiprofissionais como psicólogo, fonoaudiólogo, terapeutas, entre outros.

Segundo Mantoan (2003, p. 11) “é inegável que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e que o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, está passando por uma reinterpretação”. A autora fala que a inclusão está sendo vista por outros ângulos, e que a perspectiva de mudança no contexto educacional não restringe somente aos que apresenta dificuldade, mas para todos que procuram obter uma nova concepção de aprendizagem.

A inclusão em sala de aula é diferenciada para as crianças com Síndrome de Down em relação aos outros, pois devido à aprendizagem ser lenta, alguns professores não acreditam na capacidade dessas crianças e limitam suas práticas oferecendo conteúdos que não promovem seu avanço dentro do contexto escolar. Incluir esta criança no ensino regular é um desafio para o professor, pois este tem que buscar metodologias que atendam de modo eficaz e igualitário para todos os alunos. Carvalho (2003) afirma que na escola inclusiva, o ensinar e o aprender são processos de aprendizagem que não devem ficar restritos apenas aos espaços físicos das escolas, aos alunos e aos educadores, mas deve ser coerente entre todos. Os professores devem estar sempre se atualizando para uma melhor aprendizagem e o ambiente com ênfase numa organização propicia para alunos com deficiência.

7. LEIS DE INCLUSÃO

Existem vários documentos que garantem a inclusão, dentre eles destacamos:

- Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Art.205 a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.206 O ensino será ministrado nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art.208 O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de;

III- atendimento educacional, especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

- Declaração de Salamanca (1994)

Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha. As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades

diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com toda a comunidade. Esta lei fala que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível independente das dificuldades e das diferenças que apresentam.

- A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9394/96) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (Resolução CNE/CEB nº 2,2001)

Garantem o direito de matrícula de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares no Brasil, devendo as escolas preparar-se para o atendimento a um público diferenciado. O artigo 2º da LBD preconiza-se que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001).

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudo de caso com crianças com Síndrome de Down realizado na Escola Municipal Olegário Moreira Borges, situada na Rua F com Av. Nadra Bufaiçal, s/n Setor Faiçalville, Goiânia, GO.

Através de observação das crianças LEFS e FRG e entrevista com professores, auxiliar e pessoal da administração, foi analisado o desenvolvimento destes alunos, as interações professor/aluno, socialização com os colegas e o comportamento das crianças diante das atividades escolares, observando as reações, o aprendizado e a inclusão em sala de aula.

Foi analisado que essas crianças têm uma boa socialização com os colegas quando convém a eles, mas são respeitados, ajudados, e os colegas ajudam quando estes fogem da sala e tem boa convivência com os demais profissionais da escola. Essa escola, além de ser inclusiva, faz a interação dessas crianças com o meio social e o apoio da coordenação, auxiliares, servidores administrativos, entre outros, é de suma importância para a permanência dessas crianças em sala de aula. Segundo Mantoan (2003, p. 29) “inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais”. Ela sintetiza que onde há uma junção em prol de mudança, pode sim ter bons resultados.

De acordo com informações da Professora ECT, bacharel em Ciências Contábeis, Licenciatura em Pedagogia e Curso em andamento de Psicopedagogia, o aluno LEFS com Síndrome de Down, diagnóstico de autismo e deficiência intelectual, tem oito anos, cursa o 3º ano do ensino fundamental I, é um menino quieto, muito carinhoso, tem respeito com as pessoas, é organizado, mas sem autonomia, precisando de auxílio para as necessidades fisiológicas e alimentação. Não tem concentração, demonstra não ter limites em suas ações e reações, e não recebe estímulos em casa para ações simples do cotidiano, como ir ao banheiro. Sua fala é restrita a algumas palavras, como pai e mãe. Costuma bater em si mesmo, conversa só e não sabe se expressar. Os pais não têm interação com a escola. Casarin (2003) enfatiza que quando as crianças iniciam sua vida escolar, os pais tendem a ter mais dificuldades em lidar com seus filhos down, pois diante de problemas comportamentais apresentados, torna-se mais difícil impor certos limites. É primordial que os pais aliem-se a escola para melhorar o relacionamento e desenvolvimento cognitivo da criança.

Participou de atividades na APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, instituição especializada no atendimento a criança, jovens e adultos com diferentes deficiências.

Na escola precisa de uma professora de apoio para auxiliar suas atividades. É bem estimulado, porém dependente e limitado, e apesar do cognitivo lento desenvolve as atividades de pontilhado, trabalha com jogos pedagógicos, mas não reconhece letras e números, embora a professora use fichas de nomes e de letras. Na maioria das vezes não responde quando é chamado. Não tem interação com as atividades em sala de aula. A parte de psicomotricidade é realizada com professor de educação física.

Na coordenação motora fina, teve grandes avanços através de trabalho de pintura e alinhavo com movimento de pinça, consegue segurar copos e lápis e maneja bem blocos de montagem. Tem boa desenvoltura na coordenação motora grossa. Interage bem com os demais alunos e no intervalo brinca, joga bola, corre, pula, porém não gosta de ser tocado. Teve melhora no seu comportamento e com as normas sociais.

Apesar de estar inserido em sala de aula LEFS não desenvolve os mesmos conteúdos dos demais, suas atividades são diferenciadas de acordo com sua limitação e necessidade de entendimento. Observa-se que há duas propostas pedagógicas em uma mesma sala de aula. Segundo Mantoan (2003 p. 36) “Na visão inclusiva, o ensino diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora das salas de aula”. Ele não se enquadra

dentro do contexto pedagógico escolar, pois mesmo estando com os demais, faz algumas atividades com a professora regente e as demais atividades faz separadamente com a monitora. Segundo Carvalho (2008, p. 152) “Uma escola para todos, com todos, mas uma escola que, além da presença física, assegure e garanta aprendizagem e participação”, ele nos faz refletir que uma escola inclusiva além de interagir os alunos deve garantir também sua aprendizagem.

De acordo com informações da Professora JKSN, graduada em Pedagogia, com Pós-graduação em Neuropedagogia e Psicopedagogia, o aluno **FRG** com Síndrome de Down, diagnóstico de TOC, com 09 anos, faz a terceira série do ensino fundamental, é uma criança que não tem foco, não tem autonomia com suas necessidades fisiológicas e não se alimenta sozinho, suas maiores dificuldades são as comportamentais como gritar muito, cuspir nas pessoas, é agressivo e não segue regras.

Na escola ele precisa de uma professora de apoio para auxiliar suas atividades, pois algumas são diferenciadas do restante da sala. Seu desenvolvimento é estimulado através de jogos de montar palavras, massinhas, blocos legos e através do reforço positivo (quando recebe adesivo, pode dar volta no pátio), reconhece letras, números, cores, e seu avanço é percebido através de leitura de palavras simples, embora faça as atividades de acordo com sua vontade. O método utilizado é o silábico, pois este ainda não tem possibilidade de acompanhar um texto.

Não tem boa socialização com outras crianças, em sala tira a atenção dos colegas, chuta e joga objetos no chão. Com professoras novas ele precisa de alguns dias de adaptação e a mesma precisa ser mais rígida com ele. A família, que estimula o aprendizado e auxilia nas atividades cotidianas, é parceira da escola, estando sempre em contato com o corpo docente para estimular o melhor desenvolvimento da criança. Para Casarin (2003), o aluno down que tem acompanhamento de pais e familiares na escola geralmente tem melhor aprendizagem e seu desempenho mesmo sendo num ritmo lento apresenta bons resultados.

Tem coordenação motora fina e grossa desenvolvida. Em sala de aula FRG desenvolve alguns conteúdos como os demais, tendo iniciativa para fazer determinadas tarefas. Embora esteja incluído socialmente, ele precisa de acompanhamento para desenvolver seu aprendizado. De acordo com Schwartzman (2007), o aluno com Síndrome de Down apresenta um retardo mental, por isso que os conteúdos estudados devem vir de encontro com o que se espera do seu desenvolvimento. Não interage com os colegas durante as brincadeiras, preferindo se isolar dos demais.

Ao término da observação, baseado no que foi ensinado a nós professores em sala de aula quanto ao desenvolvimento cognitivo e interdisciplinar, chegamos à conclusão que os alunos LEFS e FRG são down totalmente distintos. FRG tem total apoio dos pais e familiares, os quais dão suporte nas atividades corriqueiras e escolares. LEFS pelo contrário, seus estímulos são somente o que recebe da escola, pois os pais praticamente “jogam” a criança aos cuidados dos profissionais da instituição (conforme relato dos Professores), alegando não ter tempo para ensinar simples atividades, seja do dia a dia, quanto da escola.

Diante de tal comparação, nota-se que um tem mais facilidade para desenvolver suas atividades enquanto que o outro fica a mercê de seus educadores, tanto no quesito escolar, quanto pessoal. Mantoan (2003, p. 16) fala que “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais”. A escola para ser inclusiva tem que ter profissionais capacitados, professores de apoio para melhor ensinar e orientar os alunos com deficiências, fornecendo apoio e atividades compatíveis com cada grau de dificuldade, mas para que o aluno obtenha um melhor desenvolvimento é preciso uma equipe multidisciplinar tais como, fonoaudiólogo, psicólogo, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, etc., para melhor orientar a família (que deve ser participativa com a escola), apoiar as escolas, trabalhando de forma única e permanente para o bem estar da criança com Síndrome de Down.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo observamos que a inclusão de crianças com Síndrome de Down, nas instituições educacionais e na sociedade, depende da conscientização da população em relação ao ser diferente. As escolas brasileiras ainda têm muito que aperfeiçoar em relação à inclusão, pois estas têm encontrado imensa dificuldade de avançar, especialmente devido à resistência por parte das escolas regulares em se adaptarem de modo a conseguirem integrar as crianças com necessidades especiais, o convívio contínuo com a família dos Down e dos alunos considerados “normais”. Alguns educadores resistem bastante a este novo paradigma que exige destes uma formação mais ampla e uma atuação profissional diferente da que tem experiência, mas propostas educacionais têm trazido importantes contribuições para reconhecer as potencialidades, capacidades e dificuldades, buscando melhores metodologias para o aprendizado de cada aluno e o professor tem grande influencia nesse processo

educacional, pois a partir do momento que ele reconhece e identifica as possíveis dificuldades, diversificara seu modo de ensinar com resultados mais significativos.

As crianças com Síndrome de Down, mesmo com limitações, podem e devem ser educadas, visto que o aprendizado melhora sua autonomia e sua vida cotidiana. Mesmo que seu aprendizado seja mais lento, esta criança, dentro de seus limites, com dedicação e paciência de pais e profissionais capacitados poderá aprender no seu tempo, com desenvolvimento de acordo com as possibilidades apresentadas por cada um.

Dificuldades e preconceitos existem, mas já houve um grande avanço em relação aos down, que hoje estudam, trabalham, praticam esportes, ou seja, levam uma vida normal de acordo com suas limitações.

A conscientização e aceitação da família para acompanhar o desempenho das crianças com Síndrome de Down é um fator primordial para uma socialização entre aluno/professor/escola. Imprescindível também é o empenho do professor quanto ao quesito aprendizagem, pois este tem que saber que só conhecimento não basta para interagir com os down, mas é preciso uma relação de respeito, confiança e segurança entre eles.

É preciso que novas práticas sejam desenvolvidas para o crescimento intelectual, desenvolvimento e aprendizado das crianças com down. Para que isto ocorra é necessário que a sociedade seja mais atuante, que os professores procurem qualificação necessária e a família seja mais participativa neste processo de inclusão, onde se faz necessário acompanhamento e orientação de profissionais da saúde para uma melhor qualidade de vida.

Considerando a pesquisa bibliográfica e estudo de caso percebe-se que cada criança com Síndrome de Down tem características singulares e que a inclusão na escola regular de ensino que é um direito de todos e para todos, ainda é uma questão de muito estudo e discussões, visando que a socialização entre os down se dá de acordo com situações distintas, pois cada um tem ação e reação diferentes em cada momento.

Estamos passando por um processo de conscientização e isso leva tempo, mudar a ordem natural das coisas exigem comprometimento que devem ser de toda sociedade a fim de que todos sejam beneficiados por igual.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R.E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Educação Inclusiva. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CARVALHO, R.E. **Escola Inclusiva: A Reorganização do Trabalho Pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008 p.152.

BOCCATO, V.R.C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e artigos científicos como forma de comunicação**. São Paulo, v.18, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB, n 2, de 11 de fevereiro de 2001**, Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001.

CASARIN, Sonia. **Aspectos psicológicos na Síndrome de Down**. In: José Salomão Schwartzman. (Org). Síndrome de Down. 2 ed. São Paulo: Memnom: Mackenzie, 2003. p. 263 – 280.

KIRK, S. A. & GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 6.

MARCONI, M.A. LAKATOS, E.M. **Metodologia do Trabalho Científico**. Ed. Atlas, 2011. p. 2, 57.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** Ed. Moderna, 1. ed. São Paulo 2003.p.11,12,16,29,36.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WYA, 1997 P.25.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Inclusão e integração ou chaves da vida humana**. Palestra proferida no dia 05/05/1993, no Seminário Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência no Contexto Educacional, promovido pela Fundação Catarinense de Educação Especial (SC). Publicada nas Revistas: Vivência, FCEE, n. 13, 1993 e Insight Psicoterapia, n. 40, Ano 4,1994.

MELERO, M.L. **Aprendendo a conhecer a pessoas com Síndrome de Down**. Málaga Ed. Aljibe 1999. p. 205

Movimento Down. www.movimentodown.com.br.

PUESCHEL, Siegfried M. **Síndrome de Down. Guia para pais e educadores**. Ed. Papyrus, 4. ed. Campinas: Papyrus, 1993.

PUESCHEL, Siegfried M. **Os anos escolares. Síndrome de Down. Guia para pais e educadores**. Ed. Papyrus, 5. ed. São Paulo, 2000. p. 48,177-182.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA 2003

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. São Memnon, 1999 p. 262.

SCHWARTZMAN, Jose Salomão. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 2007 p. 324

SILVA, Roberta Nascimento Antunes. **A educação especial da criança com Síndrome de Down. Pedagogia em foco**. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, R.H.dos R. Tendências teóricas filosóficos das teses em educação especiais desenvolvidas nos cursos de doutorado em educação e educação física do estado de São Paulo (1985 – 2009), tese de doutorado. FE/UNICAMP, Campinas (2013).

VYGOTSKI, Levi. S. **A Formação Social da Mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4 ed. São Paulo, 1991 p.55.

VYGOTSKI, Levi. S. **Obras Escogidas- Tomo V: Fundamentos da defectologia**. Madri: Visor, 1997.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso planejamento e métodos**. Artmed Ed.S/A. 2. ed. RS. 1983. p. 11

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS UNI- ANHANGUERA

CURSO DE PEDAGOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Deusely Rodrigues de Freitas, portadora da Carteira de Identidade nº 1556556 SSP. GO, CPF nº 34168206149, residente e domiciliada à Rua SR.11 Qd.31 Lt.24-B, Conjunto Parque Santa Rita, Goiânia.GO, telefone (62) 996979744, e-mail: deusely.freitas@hotmail.com, e Eliane Lopes Martins da Costa, portadora da Carteira de Identidade nº 1452306 DGPC.GO, CPF nº 38315114115, residente e domiciliada à Rua C-154 Qd.384 Lt.16, Ed. Gênese, Apto.102, Jardim America, Goiânia.GO, telefone (62)991180576, e-mail: elianelmcosta@hotmail.com, declaramos para os devidos fins e sob pena da lei, que o Trabalho de Conclusão de Curso: SÍNDROME DE DOWN – INCLUSÃO E APRENDIZAGEM NA REDE REGULAR DE ENSINO, é de nossa exclusiva autoria, autorizamos o Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera a disponibilização do texto integral deste trabalho na biblioteca (consulta e divulgação pela internet), estando vedadas apenas a reprodução parcial ou total, sob pena de ressarcimento dos direitos autorais e penas combinadas na lei.

Deusely Rodrigues de Freitas

Deusely Rodrigues de Freitas

Eliane Lopes Martins da Costa

Eliane Lopes Martins da Costa

Goiânia, 29 de maio de 2019.

DECLARAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da
Carteira de Identidade nº _____, emitida pelo
_____, inscrito (a) no CPF
sob nº _____, residente e domiciliado (a) na
rua _____, setor _____, na
cidade de _____, estado de _____, telefone fixo
(____) _____ e telefone celular (____) _____
email: _____, declaro, para os devidos fins e sob
pena da lei, que o Trabalho de Conclusão de Curso:

_____, é uma produção de minha exclusiva autoria e que assumo, portanto,
total responsabilidade por seu conteúdo. Declaro que tenho conhecimento da legislação de
Direito Autoral, bem como da obrigatoriedade da autenticidade desta produção científica.
Autorizo sua divulgação e publicação, sujeitando-me ao ônus advindo de inverdades ou plágio
e uso inadequado de trabalhos de outros autores. Nestes termos, declaro-me ciente que
responderei administrativa, civil e penalmente nos termos da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de
1998, que altera e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Pelo
presente instrumento autorizo o Centro Universitário de Goiás, Uni-ANHANGUERA a
disponibilizar o texto integral deste trabalho tanto na biblioteca, quanto em publicações
impressas, eletrônicas/digitais e pela internet. Declaro ainda, que a presente produção é de
minha autoria, responsabilizo-me, portanto, pela originalidade e pela revisão do texto,
concedendo ao Uni-ANHANGUERA plenos direitos para escolha do editor, meios de
publicação, meios de reprodução, meios de divulgação, tiragem, formato, enfim, tudo o que
for necessário para que a publicação seja efetivada.

Goiânia ____ de _____ de 20____

(Nome e assinatura do aluno/autor)